

**A OSI e as liberdades democráticas:  
crítica à luta armada e “virada democrática” no pensamento dos trotskistas da  
Organização Socialista Internacionalista – 1974-1979**

Ligia Carrasco\*

**Resumo:** Entre os anos 1974-1979, no Brasil, podemos identificar, pouco a pouco, uma mudança na interpretação dada pelos trotskistas sobre a importância e os sentidos da democracia, sobretudo a luta pelas liberdades políticas e democráticas e a possibilidade de articulação destas com a luta pelo socialismo. Essa percepção acompanhava alguns sinais de mudança na conjuntura política da Ditadura Militar, como os resultados eleitorais conquistados pelo MDB para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal nas eleições de 1974, o que conferiu às eleições realizadas pelo regime um caráter plebiscitário que expressava apoio ou oposição à ditadura. No bojo destes acontecimentos, entre as organizações trotskistas aprofundou-se a elaboração de uma crítica mais contundente sobre a estratégia da luta armada. Desse modo, através de investigação documental, o interesse deste trabalho é expor que a crítica à luta armada feita pela Organização Socialista Internacionalista, desde suas origens, possibilitou a sua rápida compreensão sobre a importância da luta pelas liberdades democráticas, assim como permitiu articular estrategicamente essa luta com o objetivo socialista.

**Palavras-chave:** trotskismo, luta armada, liberdades democráticas, ditadura.

**OSI and the democratic turn. OSI and democratic freedoms:  
criticism of the armed struggle and the “democratic turn” in the thinking of the  
Trotskyists of the Socialist Internationalist Organization – 1974-1979**

**Abstract:** Between 1974 and 1979, in Brazil, we can identify, little by little, a change in the interpretation given by the trotskyists about the importance and meanings of democracy, especially the struggle for political and democratic freedoms and the possibility of articulating them with the struggle for the socialism. This perception was accompanied by some signs of a change in the political situation of the Military Dictatorship, such as the electoral results won by the MDB for the Chamber of Deputies and the Federal Senate in the 1974 elections, which gave the regime elections a plebiscitary character that expressed support or opposition to the dictatorship. In the midst of these events, among the trotskyist organizations, a deeper critique of the strategy of armed struggle was elaborated. In this way, through documentary research, the interest of this work is to expose that the criticism of the armed struggle made by the Socialist Internationalist Organization, from its beginnings, made possible its rapid understanding on the importance of the struggle for democratic freedoms, as well as allowed to strategically articulate this struggle with the socialist goal.

**Keywords:** trotskyism, armed struggle, democratic freedoms, dictatorship.

---

\* Mestranda em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas.

## **Introdução**

Com a consumação de um golpe civil-militar no Brasil, em primeiro de abril de 1964, houve um marco significativo na história da política brasileira. Olhar para os conflitos e contradições que geraram e foram gerados por este evento permite reconhecer um imenso arcabouço de investigações a serem feitas em diversas áreas do conhecimento, como no caso deste trabalho, a saber, do ponto de vista da história do pensamento político brasileiro.

Para o presente trabalho a preocupação será sobre o problema da democracia no pensamento político dos trotskistas brasileiros. O recorte temporal compreende o período entre 1974-1979, momento em que é possível identificar uma mudança no reconhecimento da importância dos sentidos da democracia, sobretudo no tratamento dado às liberdades políticas e democráticas, assim como a possibilidade destas questões serem articularem com a luta pelo socialismo. Também, este trabalho está inserido no contexto maior de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento. Quanto à pesquisa de mestrado, o problema é tratado dentro de um quadro comparativo entre três agrupamentos trotskistas existentes no período supracitado: a Liga Operária (LO), o Partido Operário Comunista (POC) e a Organização Socialista Internacionalista (OSI). Devido ao caráter do evento, mas também devido ao atual ponto em que se encontra a pesquisa, esta apresentação terá seu foco no problema do tratamento da questão democrática no pensamento da OSI.

Ao final da pesquisa que hoje é desenvolvida, o interesse é que tenha sido possível buscar os elementos peculiares deste pensamento democrático, suas continuidades e rupturas com relação à sua gênese e, por fim, se seria possível falar da existência de um “pensamento democrático dos trotskistas brasileiros”. No entanto, este trabalho aqui apresentado tem por objetivo apresentar algumas pistas iniciais da virada democrática no pensamento da OSI e arriscar uma hipótese, que seguira sendo testada ao longo da pesquisa mais geral de mestrado. A principal hipótese é que a crítica à luta armada feita pela OSI, desde suas origens, possibilitou a sua rápida compreensão sobre a importância da luta pelas liberdades democráticas, assim como permitiu articular estrategicamente essa luta com o objetivo socialista.

Outras duas hipóteses devem ser aventadas, embora não serão objeto de dedicação desta apresentação. O quadro explicativo do que pode ter levado a OSI a uma

virada democrática em seu pensamento também pode ter sido condicionado pelo ambiente político que resultou da distensão do regime, marcado por uma dialética entre Estado e oposição, que teria conferido uma dinâmica própria à abertura política e influenciou pensamento e ação dos trotskistas, assim como o contato com militantes que foram exilados durante os anos de chumbo da ditadura, que desde o exterior se corresponderam com os militantes no Brasil e os atualizou sobre os debates em curso na IV Internacional e, dentre estes, as análises sobre a Revolução Cubana e a relação dos trotskistas com a luta armada.

Este trabalho está dividido da seguinte forma: 1) apresentação breve da análise de conjuntura nacional feita pela OSI e alguns desdobramentos da mesma que anunciam uma preocupação com o problema da democracia; 2) polêmica surgida no interior do agrupamento em 1977 sobre sua relação com os sindicatos como importante ambiente de atuação, mesmo quando submetidos a desvios burgueses e burocráticos; 3) apresentação da política e programa do agrupamento sobre as eleições de 1978 permitidas pelo regime; 4) elementos de discussão sobre a conjuntura internacional que apontam para a elaboração mais aprofundada sobre a crítica à luta armada como método.

### ***“Sobre a situação nacional e as tarefas dos trotskistas brasileiros” (1978)<sup>1</sup>***

Embora o documento não contenha data, indica que fora apresentado no II Congresso da OSI, pouco antes da eleição de Figueiredo (ainda no governo de Geisel), o que leva a crer que seja de 1978. Em determinado momento o documento versa sobre o regime que vem sendo “construído ao longe de 14 anos”, o que também leva a concluir que seja do ano de 1978.

Versando sobre as caracterizações da situação política, a OSI cria que se desenvolvia no Brasil uma crise com características pré-revolucionárias, onde havia um “incrível ascenso das massas trabalhadoras” (p.1). O momento era de profunda crise econômica e, diante do incrível ascenso e da profundidade desta crise, o governo era impotente para enfrentar a “mobilização independente dos trabalhadores” (p.1). A burguesia brasileira vinha procurando uma alternativa, porque compreendia que o

---

<sup>1</sup> Todas as citações documentais neste tópico dizem respeito ao documento “Sobre a situação nacional e as tarefas dos trotskistas brasileiros. In: Fundo Livraria Palavra/Arquivo CEDEM.

governo fracassava na contensão do movimento de massas, problemas que acabaria por afetar a sua própria estabilidade.

As greves e a fragmentação de cúpulas dirigentes aprofundavam a situação e mostravam que se transitava para uma situação revolucionária e esta seria marcada pelo fato de que os trabalhadores passariam a exercer o seu poder por meio dos soviets (conselhos). A partir desta caracterização, caberia aos militantes revolucionários “deixar as hesitações de lado e se preparar para reconhecer a revolução quando ela bate à porta” (p.1).

Para a OSI, havia no período uma crise do regime e, mais, do Estado burguês. Tratava-se de uma crise mais complicada que apenas uma crise da camarilha dirigente deste regime. Segundo suas palavras, “trata-se da falência de todo um modo de dominação nascido com o golpe de Estado de 1964” (p.1). Analisavam que não havia mais a mesma unidade em se tratando da burguesia, assim como a constatação de que havia fragmentações no seio das forças armadas. Contudo, entendiam que estas questões relativas à unidade e à fragmentação eram sinônimo de uma derrocada do governo Geisel, que falha em seu objetivo fundamental, ou seja, o sufocamento do movimento independente dos trabalhadores. Além disso, entendiam que este governo era incapaz de manter sua “continuidade política em qualquer domínio social” (p.2).

Uma vez que neste período houve aumento das dificuldades econômicas, fez-se necessária a criação de novas formas de buscar apoio político e social, assim, o regime precisou “encontrar uma nova base de legitimidade, estreitamente vinculada a instituições corporativas flexíveis o suficiente para garantir a obtenção de apoio clientelístico” (MOREIRA ALVES, 2005, p. 223).

Também Codato parte da ideia de que a “liberalização” do regime se tratou, desde sempre, de uma estratégia política da própria elite no poder com vistas à sua legitimação. Embora algumas elaborações confirmem à crise econômica ou à crise social o papel de elementos decisivos para a adoção de uma política liberalizante, nas palavras de Codato (2005)

A crise econômica (medida, por exemplo, pelo aumento da inflação e desequilíbrio do balanço de pagamentos) foi paralela à auto-reforma da ditadura. E a crise social (representada tanto pelos resultados negativos da política de “distribuição de renda”, quanto pela reação a ela: as greves) foi

revelada pelos efeitos liberalizantes da política de auto-reforma da ditadura.  
(CODATO, 2005, p. 179)

Para ambos o arranjo institucional presente no início do período da adoção da política de distensão não poderia mais garantir a estabilidade necessária. Antes que uma resposta às crises sociopolíticas existentes no âmbito da sociedade, a transformação do regime teria por objetivo promover um arranjo institucional que desse conta de solucionar as suas crises políticas internas, das próprias Forças Armadas, e garantir sua legitimação.

Sobre o período que vai das eleições de novembro de 1974 até o “pacote de abril de 1977”, o documento aponta que havia uma procura, da burguesia e da equipe militar dirigente, por uma ampliação de bases sociais do regime, assim como enfrentar um proletariado em ascenso, pois essa seria uma forma de enfrentarem suas principais crises. Essas diversas crises, que perpassavam ARENA, MDB, empresários e generais, entre outros setores, deveriam levar à visão de que seu significado maior é que havia uma “preocupação aberta de que o atual regime, com todas as suas intuições é impotente para enfrentar o proletariado e evitar o desmoronamento do Estado burguês no Brasil” (p.3).

Há neste documento um importante reconhecimento, por parte da OSI, de que o número de votos no MDB em 1974 foi a forma que os trabalhadores encontraram para expressar seu repúdio à política da ditadura. Contudo, embora o reconhecimento de que o voto dos trabalhadores expressava este sentimento antiditatorial, PCB, outras correntes esquerdistas e a Liga Operária não deveriam ter se postado ao lado do MDB.

Isto porque para eles a “distensão” prometida pelo governo Geisel nada mais era que uma manobra. Embora tenha havido a liberação do funcionamento de alguns jornais da burguesia, a retirada de alguns interventores de determinados sindicatos e do Ministério do Trabalho, assim como concedido um aumento salarial 2% acima do índice de inflação que havia sido divulgado pelos órgãos oficiais do regime, a OSI considerava a distensão como uma espécie de mitologia, uma vez que logo em seguida “a repressão foi intensamente aprofundada” (p.4). A Lei Falcão é um exemplo disso. Também o pacote de abril. Mitologia, inclusive, alimentada pelo PCB, que mesmo tendo seu partido destruído neste período, considerava este o “preço a ser pago” pela abertura.

Parte importante da bibliografia marxista acerca da transição cumpriu o papel de clarificar e explicitar a liberalização como um projeto político elaborado e aplicado “desde cima”, pelo próprio regime. Contudo, assumir esta origem da transição não seja sinônimo de que a mesma ocorreu exatamente como planejada pelos militares. Como defende a tese de Moreira Alves (2005), a dialética entre Estado e oposição pôde garantir tanto uma dinâmica própria ao projeto distensionista, como alterações em seu objetivo inicial. Segundo Diniz (1986),

a explicação da abertura reside na confluência de duas dinâmicas básicas: uma dinâmica de negociação e de pacto conduzida pelas elites e uma dinâmica de pressões e demandas irradiadas da sociedade. Estas duas lógicas articulam-se através da atuação das organizações políticas e dos movimentos sociais. Desta forma, a análise deve contemplar tanto os esforços inovadores das elites dirigentes para a preservação de seu poder, quanto a capacidade de resistências da sociedade civil. (DINIZ, 1986, p. 2)

Diniz e Moreira Alves apresentaram um olhar bastante aproximado sobre esta dinâmica resultante do choque entre projeto original do regime e intervenção da sociedade civil através de suas organizações, embora Moreira Alves pareça ter dado mais atenção às organizações oposicionistas que eram, de alguma forma, mais intitucionalizadas, enquanto Diniz considerou a oposição de forma mais abrangente. O central, entretanto, de ambas as análises, está na assunção de que embora o projeto fosse elaborado pelos militares, a forma como atuaram as forças oposicionistas alteraram sua dinâmica. Para Codato (2005) talvez fosse o caso de sugerir que a negociação no universo das elites estabeleceu o conteúdo, definiu o modo e impôs a natureza da transição, enquanto as pressões oposicionistas determinaram seu ritmo. Parece que, de alguma forma, a OSI compreendia que a liberalização era um projeto consciente encabeçado pelo regime, o que não significava que não deveriam procurar as brechas possíveis para tentar tomar em suas mãos o conteúdo da mesma.

Parte importante do documento foi dedicada a apresentar a crítica às outras organizações que se encontravam no campo mais geral das esquerdas. Estas capitulariam ao ultra-esquerdismo, ao oportunismo, ao foquismo. Por exemplo, consideram que o PCB – que vai também angariar importante posição no seio das organizações da classe operária – cumpriria apenas o papel de subordinação da classe trabalhadora à burguesia. “Comando Geral dos Trabalhadores, CGT baseada nesses sindicatos, Confederações Democráticas tipo a CNTI de esquerda, Controle Operário

sobre o Imposto Sindical, etc, nada mais são do que a reedição da velha estratégia de subordinação da classe operária à burguesia” (p.5).

Interessante é notar crítica direcionada ao PCdoB, uma vez que problematiza sua subordinação ao castrismo e sua indiferença às pautas democráticas, questão interessante para pensar uma virada democrática em seu pensamento.

Os operários de Osasco é que podem muito bem responder sobre a atuação desses grupos. Confusos ao extremo, repudiando o trabalho sindical, recusando a tarefa de construção de um Partido Operário, os grupos castristas além de não levantarem as palavras de ordem democráticas em 1968, além de abandonarem os sindicatos oficiais nas mãos dos pelegos do PCB, foram responsáveis pelo massacre de toda uma geração de militantes que se dispunham a fazer a revolução. O castrismo no Brasil, longe de ter cometido um “erro” de análise, cumpriu mais uma vez o papel contra-revolucionário, a serviço do Kremlin. Assim foi no Chile com o MIR, sustentáculo de esquerda da Unidade Popular, assim foi na Argentina, na África Negra e assim está sendo hoje no Peru e no Brasil. (p. 7)

À Liga Operária coube a crítica por terem chamado a população, sobretudo os trabalhadores, a votarem nos candidatos operários do MDB, como forma de aprofundar o desgaste do regime ditatorial.

Partindo destas críticas e diante do que caracterizam por crise do regime, que era incapaz de se recuperar, assim como uma crise do imperialismo, além do ascenso das lutas estudantis e operárias, o documento lançava para a organização a necessidade da fundação, pela classe, de um seu partido próprio, de um Partido Operário Independente (POI) e também sindicatos independentes. Sua política, resumidamente, depois de seguir toda esta análise do período, é o chamado ao voto nulo nas eleições de 1978, a construção de um POI apoiado no movimento das massas e o chamado de uma Assembleia Constituinte Soberana, em oposição à proposta de uma Constituinte Outorgada.

Sobre isso o documento, além de defender a superioridade da constituinte soberana em relação à outorgada, uma vez que aquela tem maior capacidade de expressar melhor a “vontade de milhões e milhões de trabalhadores”, é essencial porque trata do tema da democracia. Aqui a OSI expressa, mesmo que de forma breve, uma compreensão de que o tema da democracia, mesmo em um sistema parlamentar, pode

impulsionar a abertura de espaços para discussões superiores. Segundo versa o documento

Uma Constituinte Soberana é aquela que detém o poder em suas mãos. É aquele que, se eleita democraticamente, é capaz de expressar a vontade de milhões e milhões de trabalhadores. Uma Assembléia como essa, só é possível num movimento CONTRA A BURGUESIA E SEUS AGENTES. Mesmo os regimes que, por força da classe operária, conseguiram manter o sistema parlamentar, deram-lhe um caráter bastardo bastante acentuado. A questão da democracia, mais uma vez, é aquela que pode abrir um espaço enorme para a construção de organismos próprios de poder da classe operária (p.8).

Ainda neste documento há um tópico intitulado “*As ilusões dos trabalhadores e como trabalhar com elas*”, onde é possível identificar a preocupação crescente da OSI com a utilização das demandas democráticas como janela para a introdução de pautas transitórias no repertório da classe trabalhadora. Insistem, ainda, em não haver contradição entre a luta democrática (pelos direitos mais básicos) e a luta pelo poder, no tópico do intitulado “*A luta da classe operária e a luta antiimperialista*”, onde documento diz

Entre a luta pelas reivindicações dos trabalhadores – com seus métodos particulares: a greve e a mobilização direta – e a luta antiimperialista e democrática, que envolve a enorme maioria da nação, não existe nenhuma contradição.

A classe operária é a primeira e a fundamental força antiimperialista e democrática do país. A luta dos operários não se opõe à aspiração crescente de importantes setores da população oprimida, que buscam uma saída para a situação atual. É a alianda dessas forças que forjará a alavanca capaz de quebrar totalmente a resistência do atual governo ditatorial, anti-operário e pró-imperialista de Geisel.

A luta para impor a democracia no país é a luta para abrir à classe operária e as massas exploradas, imensas possibilidades de desenvolvimento político e de fortalecimento de suas organizações.

As conquistas elementares da democracia burguesa não tiveram um desenvolvimento real no Brasil, na sua condição de país atrasado, dominado pelo imperialismo. O sistema parlamentar sempre existiu como uma farsa, como um parlamento bastardo.



A quem pode prejudicar a plena vigência da liberdade de imprensa?

A quem pode prejudicar a vigência do direito de reunião e manifestação?

Quem pode temer a liberdade de organização de todos os partidos políticos?

Quem pode temer a realização de eleições diretas, imediatamente, e a convocação de uma Assembléia Constituinte Soberana?

Para as massas operárias e populares, a vigência de cada um desses direitos democráticos abriria imensas possibilidades para a luta pela satisfação de suas reivindicações fundamentais. Somente a enorme maioria da nação, mobilizada contra o imperialismo, a burguesia e seu governo, se beneficiará das liberdades democráticas. (p.12)

Além disso, o documento ao analisar a incapacidade da burguesia, sobretudo na figura dos governos militares, de responder às demandas dos trabalhadores e das massas populares em meio a uma crise econômica e diante das greves que lutam contra essa situação, versa sobre a tarefa dos marxistas

A luta pela defesa do direito ao trabalho, ao emprego, é uma luta fundamental na atual situação política. Os marxistas que defendem incondicionalmente as reivindicações econômicas e sociais dos trabalhadores, se pronunciam pela defesa de condições dignas de trabalho, pela defesa do direito ao trabalho, pela defesa de melhores condições de vida das massas. (p.?)

Pode-se dizer que esta compreensão geral, específica aos trotskistas, desenrola-se a partir da distinção feita por Trotsky para a compreensão de quais seriam reivindicações que chama de *democráticas, imediatas e revolucionárias*. A primeira categoria, as democráticas, diria respeito às liberdades civis e direitos humanos básicos, como liberdade de imprensa e organização política em partidos e sindicatos, por exemplo. As reivindicações imediatas seriam aquelas ligadas às lutas cotidianas das massas em defesa das suas condições de vida e trabalho. Por fim as reivindicações, ou palavras de ordem, revolucionárias seriam o método do programa de transição propriamente dito, porque estariam diretamente desafiando a propriedade e o poder no capitalismo, tais como o controle operário da produção ou a expropriação dos capitalistas. Assim, a adoção das palavras de ordem democráticas em determinados contextos da luta de classes podem auxiliar na explicação da conexão entre democracia e socialismo.

Contudo, disto não se deveria concluir que a adoção destas palavras de ordem ocorreria de forma gradual, concepção chamada de etapista na literatura, onde o triunfo de uma revolução socialista deveria necessariamente passar pela vitória de cada tipo de reivindicação, uma de cada vez, e que estas seriam aplicáveis em todas as circunstâncias, períodos ou países. A adoção de reivindicações democráticas diante de conjunturas de regimes totalitários podem cumprir um importante papel transicional em direção à derrubada do Estado. Apesar da tomada do poder pelo proletariado na Rússia, país que passou por uma revolução mesmo sob um modo de produção e relações sociais pré-capitalistas, atentou Novack (2001)

Isso, por si só, é a evidência de que o Programa de Transição não é um conjunto uniforme e estático de demandas, fixadas permanentemente, que devem ser engolidas completa e mecanicamente, impostas de uma forma estereotipada para todas e quaisquer situações independentemente do tempo e circunstância. A lógica marxista ensina que "a verdade é concreta". Esta regra deve ser aplicada ao uso do Programa de Transição, bem como a qualquer outro item de nosso arsenal de ideias. As partes relevantes do programa têm de avançar de acordo com uma avaliação inteligente e informada das condições reais e adaptadas ao estado específico da luta de classes em curso. (NOVACK, 2001, p. 50, tradução livre)

A especificidade da utilização das reivindicações de caráter democrático por parte das organizações trotskistas, por meio do método do Programa de Transição, estaria na possibilidade de arrancar tais demandas das mãos da burguesia, uma vez que esta só as utilizaria para desviar as massas da luta direta a partir de seus métodos e fazê-las confiar na atuação parlamentar.

### ***“Discussão sobre os sindicatos” (Dezembro de 1977)<sup>2</sup>***

Este documento parece ter sido escrito para polemizar com uma revisão teórica e programática, orquestrada pela OCI, organização internacional à qual a OSI era filiada (primeiro no PST Argentino, depois na seção brasileira), de que os sindicatos eram organizações burguesas, não operárias, sobretudo por conta de sua avaliação de que foram fundados pelo Estado. Tal revisão acarretaria para a OCI em rupturas em outras seções, a exemplo das rupturas do PO argentino e do POR boliviano, que rompem com

---

<sup>2</sup> Todas as citações de documento deste tópico dizem respeito ao documento “Discussão sobre os sindicatos”. In: Fundo Livraria Palavra/Arquivo CEDEM.

o Comitê Pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQI) devido aos desdobramentos da polêmica.

Sobre a greve argentina de 1975 e crítica à postura de *La Verité* (órgão/revista da OCI e responsável por centralizar politicamente suas seções nacionais) diante da mesma, diz o documento acerca do foquismo

Enquanto a greve geral deslocou por completo todas as formas de foquismo, as condições da derrota o reforçaram relativamente; o foquismo montonero não poderá ser deslocado mediante o balanço doutrinário que nos recomenda LV, mas mediante uma profunda inserção nas massas e uma correta orientação de seu processo de resistência, por parte dos trotskistas, o que nos exige ter uma sólida teoria marxista. (p. 13)

Ainda criticando *La Verité*, o documento demonstra a preocupação da OSI brasileira não apenas em combater a visão de que os sindicatos tem um caráter de classe burguesa, mas como é necessário participar destes e não somente agitar as palavras de ordem por soviets, comitês de fábrica e partido operário e independente. Versa o documento que

Os revolucionários devem lutar contra menor tentativa de regulamentação dos sindicatos; devem aprofundar ainda mais seu trabalho sindical – contra o que diz *La Verité* – para independizar os que tenham sido regulamentados; mas não devem deixar-se enganar por aqueles burocratas “independentes” que, com a maior perfídia, são a coluna vertebral do imperialismo. (p. 32)

Ao final do documento são apresentadas diversas citações de Trotsky, em uma espécie de dossiê, sobre o trabalho dos revolucionários nos sindicatos, onde procuram explicar que os revolucionários nem sempre poderiam escolher as situações em que terão que atuar e que não poderiam se abster de militar nos sindicatos, mesmo os totalitários, pois eles são uma forma de buscar as massa.

### ***“Programa do Zé Trabalhador” (Agosto de 1978)<sup>3</sup>***

Este documento estava inserido no contexto da disputa eleitoral para o ano de 1978, “concedido” pelo regime com sua política de distensão. Tal documento teve por

---

<sup>3</sup> Todas as citações de documentos neste tópico dizem respeito ao documento “Programa do Zé Trabalhador”. In: Fundo Livraria Palavra/Arquivo CEDEM.

intenção apresentar a política defendida pela OSI para as eleições, a saber, o chamado pelo voto nulo, assim como apresentar seu programa. Também reitera a política da OSI da construção de um Partido Operário Independente (POI) da classe trabalhadora, que deveria surgir dos processos de luta. Sobre como atingir a consciência dos trabalhadores e o povo oprimido e, junto com eles, travar a luta pela construção do POI e do socialismo, diz o documento

Esse partido só poderá surgir a partir de nossas lutas, de nosso movimento, integrando e unificando todas as formas de organização independente que já estamos construindo: comissões de fábrica, oposições sindicais, comissões de moradores, etc.

Por isso, o programa desse partido deve propor soluções para todos os problemas atuais da classe operária e dos setores explorados e oprimidos da população, pois a luta pelo socialismo não está separada das lutas atuais que travamos no nosso dia a dia, contra a exploração econômica e a opressão política. Partindo destas lutas, ampliando-as e generalizando-as a todos os trabalhadores e oprimidos, estaremos adquirindo a força e a organização necessárias para derrubar os patrões e seus governos, seus militares e seus políticos, construindo então o Governo dos Trabalhadores.

O programa do “Zé Trabalhador” é formado pelo conjunto das reivindicações que interessam hoje à classe operária e aos setores explorados e oprimidos da população. Muitas destas reivindicações já são motivo para as lutas que travamos. Todas elas refletem os problemas que sentimos no trabalho, no bairro, na escola, etc. Em torno destas reivindicações, os companheiros mais conscientes, mais decididos e dispostos à luta, poderão se reunir e iniciar o combate, trazendo outros companheiros até que a maioria da população explorada e oprimida se integre ao movimento. (p. 6-7)

Na descrição de ponto por ponto do programa, o grosso das reivindicações giram em torno de melhores condições de trabalho, melhores condições de vida, ressalta a luta pelo fim do regime militar e por liberdades políticas aos trabalhadores e oprimidos, numa clara busca por diálogo com as pautas mais sentidas no cotidiano imediato da população como ponto para a discussão do problema relativo à tomada do poder.

### ***“Projeto de informe sobre América Latina” (Junho de 1977)<sup>4</sup>***

Tal documento começa apresentando, em linhas gerais, os problemas que permeiam e dificultam o processo revolucionário na América Latina, assim como apresenta qual acredita ser o caráter da revolução latinoamericana.

O primeiro apontamento do documento era o reconhecimento da existência de uma crise aguda pela qual passam os países latinoamericanos. Esta crise possui generalidades e particularidades em relação ao resto do mundo. A desintegração do capitalismo, assim como o fato de haver grande atraso no desenvolvimento da revolução internacional, são elementos que fazem parte do quadro geral em que América Latina e o resto do mundo estão inseridos. Contudo, como particularidade, os países latinoamericanos são a prova da ineficácia, ou melhor, a falência, das estratégias levadas a cabo pelos movimentos nacionalistas de conteúdo pequeno burguês, assim como o “aventureirismo foquista e extremista pequeno-burguês” (p. 2).

Esta crise pela qual passava o continente latinoamericano tornava-se patente porque havia uma ausência continental de uma direção revolucionária. Interessante notar o tom de assunção dos erros existentes na trajetória das esquerdas do continente, do qual os trotskistas fazem parte, assim como o chamado à autocrítica. Para a OSI,

Seria simplista afirmar que toda esta experiência foi negativa e que não se levará em conta ao se tratar de estruturar o partido político da classe operária; pelo contrário, a assimilação e superação crítica desta experiência são elementos indispensáveis de tal empreita. O balanço do trotskismo do passado, de seus erros e acertos, constitui parte integrante da elaboração do programa revolucionário e, portanto, da construção do partido político da classe operária. (p. 2)

Assim, para destravar o processo revolucionário no continente seria necessário superar estas direções que levariam, invariavelmente, o proletariado à derrota. Para isso, seria necessário um partido de tipo trotskista e que este soubesse trabalhar com as questões democráticas não concretizadas no continente por conta de sua característica de capitalismo atrasado. Além da capacidade de conseguir conectar as questões democráticas e o problema da tomada do poder, os trotskistas precisariam ter flexibilidade tática, uma vez que a fórmula para construir mais rapidamente direções

---

<sup>4</sup> Todos as citações de documento neste tópico dizem respeito ao documento “Projeto de informe sobre América Latina”. In: Fundo Livraria Palavra/Arquivo CEDEM.

revolucionárias em casa país não seria a mesma, podendo se fazer necessárias organizações intermediárias ou mesmo o entrismo. Em suas palavras,

Diante do nacionalismo impotente, ante o desespero pequeno-burguês transformado foquismo e terrorismo individual; ante o estalinismo contra-revolucionário, ante o Pablismo anti-trotskyista, capitulador e ultra-esquerdista, contrapomos a construção de um poderoso movimento trotskyista latino-americano, que nada mais será do que a expressão política elevada da independência de classe do proletariado e dos seus objetivos históricos. Pode ser que em alguns países o caminho para a construção da vanguarda revolucionária passe por organizações intermediárias, pela tática difícil do entrismo, etc; tudo isto referindo-se sempre à urgência de por em pé, com a maior brevidade, a direção revolucionária capaz de conduzir as massas à vitória. (p. 3)

Além da assunção dos erros táticos destas direções e da necessária autocrítica para que se pudesse construir uma direção revolucionária a altura das necessidades do continente, o documento versa sobre o caráter democrático das tarefas da revolução latinoamericana, uma vez que trata-se de um continente de países de capitalismo atrasado e dependente. Para a OSI,

É indiscutível que o traço comum e diferencial do continente latino-americano reside no fato de ser capitalista atrasado, o que significa que as tarefas democrático-burguesas fundamentais não estão plenamente cumpridas, apesar do tremendo desnível observado no desenvolvimento econômico dos diferentes países (...). (p. 4)

Ainda sobre o tema, algumas páginas à frente, o problema é reiterado e, com ele, uma crítica às direções que não buscam a articulação dessas tarefas democrático-burguesas com o objetivo do socialis. Assim, segue o documento

A característica latino-americana reside precisamente na sobrevivência de tarefas democrático-burguesas não cumpridas, que adquirem expressões diversas de acordo com os diferentes países. A partir desta realidade a burguesia nacional ou sua sucedânea pequeno-burguesa (civil ou militar), alguns setores, tem a possibilidade de enunciar as tarefas democráticas e colocar sua realização dentro do estreito marco capitalista. (p. 7)

Destarte, o documento parte para a discussão da diferença existente entre o comprometimento com estas tarefas democrático-burguesas por parte dos movimentos

nacionalistas burgueses e o movimento operário dirigido por uma organização revolucionária. Para chegarem à esta conclusão última, partiam da análise de que além da prevalescência destas tarefas nos países latinoamericanos, estas seriam, sobretudo, a libertação nacional do jugo do imperialismo, assim como a efetivação da reforma agrária. Tais pautas, nas mãos dos nacionalistas burguesas, significariam tão somente a reorganização da dominação da metrópole sobre nós, sem profunda alteração das relações sociais e de produção. Tratariam estas pautas, quando efetivadas, como momento final das revoluções necessárias no continente latinoamericano. Contudo, diferentemente da postura dos movimentos nacionalistas, os trotskistas em conjunto com a classe operária deveriam carregar outra visão. Segundo o documento,

Se para a burguesia nacional a libertação nacional e a liquidação do problema constituem, por si mesmos, fins últimos, nas mãos da classe operária não são senão tarefas da revolução proletária e seu destino não é outro que o de se transformar em socialistas no momento de sua plena realização. (p. 10)

### ***Conclusão***

O presente trabalho teve como uma de suas intenções apresentar pistas sobre a existência de uma virada democrática no pensamento político da OSI. Tal movimentação foi chamada de “virada” uma vez que no período anterior ao aqui analisado, as posições políticas deste agrupamento trotskista vacilavam e, muitas vezes, desviavam para uma postura ultra-esquerdista, que muitas vezes flertava com o guerrilheirismo e que, também, não estabelecia como algumas de suas principais tarefas a concretização de pautas democrático-burguesas inconclusas no Brasil, assim como a necessidade de se ligarem mais organicamente às massas de trabalhadores por meio de seus organismos próprios.

O foco esteve sobre a análise de quatro documentos que expressam, em certa medida, as principais análises da OSI no que diz respeito à análise de conjuntura do período abordado, a relação que os trotskistas deveriam estabelecer com os sindicatos como forma de se ligarem às massas trabalhadoras, o programa para o Brasil assim como o caráter das tarefas da revolução latinoamericana, assim como a devida crítica às outras direções que levaram o proletariado à derrota no período anterior.

Pode-se concluir que a partir da análise que a OSI fazia da conjuntura de distensão política permitida pela ditadura, abria-se uma brecha para a atuação dos trotskistas com vistas a enfraquecer o então regime civil-militar. Para tal, era preciso compreender que a luta pelas tarefas democráticas no país poderia abrir à classe operária e demais setores explorados pelo capitalismo brasileiro a possibilidade de um mais, mais rápido e fortalecido desenvolvimento político de suas próprias organizações.

Além disto, os sindicatos eram um meio indispensável para sua implantação junto às massas exploradas, assim como ferramenta para levar à cabo estas lutas pelas tarefas democráticas mais elementares. Assim, foi que surgiu toda uma polêmica em torno do caráter de classe dos sindicatos. Segundo a defesa da organização brasileira contra sua direção internacional, a OCI e seu órgão centralizador La Verité, por mais autoritários, antidemocráticos ou burocratizados que fossem os sindicatos, a tarefa dos trotskistas revolucionários deveria ser a luta pela democratização dos mesmos. Ou seja, tirar os sindicatos das mãos do Estado e das burocracias e devolvê-los à classe trabalhadora.

Como meio indispensável de construir o programa mais adequado para a revolução brasileira, estava presente no documento a preocupação com a necessidade de um olhar para os erros passados como forma de superá-los e construir a organização necessária à classe trabalhadora. Assim, em um dos documentos analisados foi possível encontrar a crítica às direções nacionalistas pequeno burguesas e também foquistas como táticas equivocadas para a construção de uma organização verdadeiramente revolucionária e que fosse capaz de levar a classe operária à tomada do poder e instituição do socialismo.

## **Referências bibliográficas**

### ***Fontes primárias***

Acervo CEMAP – Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa

Fundo: Livraria Palavra

### ***Fontes secundárias***



CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura à democracia. In: **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, nº 25, nov. 2005.

DINIZ, E. **A transição política no Brasil: perspectivas para a democracia.** Sociedade e Estado. Brasília: v. 1, n. 2, jul-dez, 1986.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** Bauru: EDUSC, 2005.

NOVACK, George. The role of the Transitional Program in the revolutionary process. In: TROTSKY, Leon. **The Transitional Program for Socialist Revolution.** Pathfinder Press, 2001.